



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 24ª Reunião Ordinária

Data: 12/12/2008, das 09:00 às 13:00h.

Local: Auditório do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – Subsolo do Ed. OAB (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Carolina Querino - UNIFEM
- Ana Koatz – MCid
- Berenice Rosa – Fórum organismos/municípios
- Célia Vieira – MDS
- Fábria Oliveira Martins de Souza – SPM
- Gláucia de Fátima Barban Morelli – CNDM
- Lara Gama de A. Cavalcanti – IBGE
- Leonor da Costa – MTE
- Lourdes Bandeira – SPM
- Lúcia Helena Rincon Afonso – CNDM
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Maria de Araújo Aquino – Fórum organismos/estados
- Maria de Fátima Kobielski – MTE
- Maria Márcia Leporace – SPM
- Nina Madsen – SPM
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – CNDM
- Rosa Maria Peres – MAPA
- Roseli de Moraes – CEF
- Sônia Malheiros – SPM
- Taís Cerqueira Silva – SPM
- Terezinha Pereira – Fórum organismos/municípios
- Vanda de Souza – Fórum organismos/estados
- Vera Lúcia de Oliveira – MAPA
- Verônica Freire Lima e Silva – MME

1. Informes Gerais

A coordenadora do Comitê iniciou a reunião fazendo um relato sobre o documento mulheres e direitos humanos elaborado pela SPM e pelo CNDM como contribuição para a Conferência Nacional de Direitos Humanos. Informou que o referido documento foi alterado e complementado por um grupo no âmbito do CNDM e transformou-se numa espécie de manifesto que foi aprovado pela Ministra. O texto final será distribuído ao Comitê e o texto base estará disponível na página da SPM na internet. Uma das representantes do CNDM sugeriu que o

Comitê fizesse documentos para todas as Conferências, a exemplo do que foi feito para a Conferência de Direitos Humanos. Nesse sentido, a coordenadora do Comitê propôs a elaboração de um texto para ser distribuído na Conferência de Segurança Pública. A representante do Unifem destacou que o grupo de gênero e raça das Nações Unidas irá realizar um workshop e também discutir e propor um documento para a Conferência de Segurança Pública em 2009.

Uma das representantes do CNDM comunicou a criação de uma câmara técnica no âmbito do CNDM para acompanhar a implementação do II PNPM, possibilitando a troca de informações entre o Comitê e o Conselho. Será um grupo permanente composto por sete conselheiras. A representante do MDS destacou que seria importante que fosse definido claramente o papel desta instância, para que não houvesse sobreposição com o Comitê. Nesse sentido, uma das representantes do CNDM ressaltou que o papel da câmara técnica será fazer uma articulação com o Comitê do PNPM, reunindo-se com a sua coordenação, para permitir que o Conselho faça o controle social da implementação do Plano. Foi proposto, então, que o Comitê fizesse discussões sobre ações específicas e estratégicas em 2009 e, assim, pautasse as discussões no Conselho que também irá trabalhar desta forma.

Por último, a coordenadora do Comitê comunicou que será realizado, nos dias 09 e 10/02/09, o seminário do Observatório Nacional da Igualdade de Gênero para pactuação com parceiros e definição dos planos de trabalho dos grupos de trabalho. O lançamento do Observatório acontecerá no dia 09/03/09, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Informou ainda que, no dia 16/12/08, foi lançada a 3ª edição do Retrato das Desigualdades e instalado o Comitê de Estudos de Gênero e Uso do Tempo.

2. Aprovação da memória da 23ª reunião do Comitê.

A memória foi aprovada sem ressalvas.

3. Documento de avaliação do I PNPM

Uma das representantes da SPM informou que o documento de avaliação dos três anos de implementação do I PNPM ainda precisava ser concluído e que, por isso, seria encaminhado por e-mail às/aos representantes do Comitê para envio de alterações num prazo a ser definido pela SPM. Destacou ainda que o documento deverá ser apresentado na primeira reunião do Comitê em 2009.

4. Monitoramento das ações prioritárias

Neste ponto de pauta, o consultor contratado pela SPM apresentou a todo o Comitê a proposta de informações das ações prioritárias que deverão ser preenchidas no módulo de acompanhamento do PNPM no novo sistema da SPM (Simec). Em seguida, a coordenadora do Comitê ressaltou que é fundamental o comprometimento institucional e político de todo o Comitê no preenchimento do sistema, uma vez que não há uma obrigatoriedade legal. Em seguida, as representantes fizeram as seguintes considerações:

- O sistema poderá mostrar o status de cada ação e apontar em vermelho quando não há execução da ação ou ela está abaixo do esperado. Uma das representantes do CNDM questionou então como o Comitê poderia saber o que estava prejudicando o andamento da ação. O consultor informou que há um campo para que os órgãos preencham as restrições para a implementação de cada ação.
- A representante do MCid destacou a dificuldade de informar o resultado final de determinadas ações como mulher beneficiada na construção de habitações. A coordenadora do Comitê então ressaltou que as/os representantes deveriam preencher o que fosse possível para dar visibilidade em relação à implementação das ações. Uma das representantes da SPM ressaltou que este problema é um exemplo de restrição que deve ser monitorada e sua resolução articulada pelo Comitê. O acompanhamento das ações prioritárias no âmbito do Comitê possibilitará a criação de novos procedimentos e ações nos ministérios de forma a incidir nas ações para que resultados relativos à situação das mulheres não sejam

informados depois de dois anos. Destacou ainda que esta tarefa também pode ser feita pelos Comitês de Gênero nos ministérios. Em seguida, uma das representantes dos organismos estaduais relatou que este problema também ocorre nos estados, no processo de discussão de como viabilizar o II PNPM no estado, e que seria importante que os ministérios orientassem estados e municípios a partir do que está definido no II PNPM no âmbito de suas políticas. Nessa direção, a coordenadora do Comitê apontou para a necessidade de construir planos estaduais e municipais com definição de prioridades, assunto que havia sido discutido na última reunião do Fórum Nacional de Organismos. Uma das representantes dos organismos municipais demonstrou preocupação em relação a este assunto, uma vez que, em alguns estados, não há organismos estaduais e o diálogo com o governo estadual é complicado. A coordenadora do Comitê ressaltou que os organismos municipais têm que definir uma estratégia de mobilização nos estados, já que isso poderia implicar no repasse de recursos do governo federal para o estado, a exemplo do que foi feito no Ceará, onde o Conselho articulou com o governo estadual a criação de um organismo e a construção do plano estadual. A representante de Campinas aproveitou para comunicar que, como esta situação também acontece em São Paulo, os organismos municipais irão construir os seus planos e fazer pressão para o estado construir o plano estadual.

- A representante da CEF questionou o papel da instituição no preenchimento do sistema. Uma das representantes da SPM informou que cada órgão deverá definir as pessoas que serão cadastradas para preenchimento no sistema, podendo ser indicadas pessoas que não estão no Comitê, apesar da responsabilidade ser do órgão. A CEF poderá preencher as informações das ações do MCid que são executadas por ela, caso isto seja definido pelas duas instituições.
- Uma das representantes do CNDM destacou que é fundamental que o sistema seja flexível em relação às informações que devem ser preenchidas para garantir o envolvimento e o compromisso dos órgãos no acompanhamento do Plano. Outra representante do CNDM sugeriu que a SPM encaminhasse ofício aos órgãos, como uma ação política para melhorar a articulação com os outros órgãos. A coordenadora do Comitê informou que a SPM já havia pactuado com todos os órgãos e que não podia reiterar inúmeras vezes a necessidade de compromisso dos ministérios e secretarias. A representante do MME aproveitou para relatar a experiência de consulta interna no Ministério por meio da Intranet. Informou que fez uma enquête e 26 pessoas se candidataram para participar de um Subcomitê de Gênero, vinculado ao Comitê de Gênero do MME e vinculadas.

Finalmente, foram acordados os seguintes prazos: 05/02 para os órgãos enviarem os nomes das pessoas que serão cadastradas no sistema; e, 05/03 para os órgãos preencherem as informações das ações prioritárias de 2008 no sistema e definirem as ações prioritárias para 2009. Uma das representantes da SPM lembrou ainda que o preenchimento será trimestral, para os resultados e restrições das ações prioritárias, e anual para as demais informações.

5. Proposta de criação de Grupo de Trabalho para propor estratégias de implementação do Capítulo 9 do II PNPM

A coordenadora do Comitê iniciou o próximo ponto de pauta apresentando a minuta de Portaria para instituir grupo de trabalho no âmbito do Comitê com a finalidade de elaborar propostas para a implementação do Capítulo 9 do II PNPM, que trata do enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia. Informou que a criação deste grupo de trabalho foi uma demanda do movimento de mulheres negras e lésbicas que deverão, portanto, integrar o grupo juntamente com a SPM e representantes destes movimentos no CNDM. Uma das representantes dos

organismos municipais destacou que o processo de construção participativo do II PNPM deveria ser resgatado, pois demonstrou a importância histórica e política da demanda da sociedade civil.

Várias contribuições foram feitas pelas/os integrantes do Comitê, a saber: 1) considerar a representação dos organismos estaduais e municipais no grupo, sugestão que não foi aprovada pelo pleno do Comitê; 2) retirar o parágrafo segundo do Art. 3º, uma vez que o monitoramento das propostas a serem apresentadas pelo grupo deverão ser feitas pelo Comitê e pelo CNDM; 3) considerar a representação da Seppir e da SEDH, já que o capítulo trata do enfrentamento ao racismo e lesbofobia, sugestão acatada pelo Comitê; 4) reduzir a representação da SPM, proposta não aprovada pelo Comitê, em função da necessidade de participação das três Subsecretarias da SPM.

6. Grupo de Trabalho de Políticas Públicas do Observatório

O Grupo de Trabalho de Políticas Públicas do Observatório contará com a participação de Vanda de Souza, representante do Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres, e da representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que o tema do primeiro ano do Observatório será Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão. Além destas, a representante da Casa Civil também participará do GT como convidada.

A coordenadora do Comitê informou que o CNDM indicou a conselheira Albertina para representar o Conselho no Comitê Deliberativo do Observatório da Igualdade de Gênero, bem como a conselheira Lígia para participar do grupo de trabalho de políticas públicas do Observatório.

7. Próxima reunião

Conforme acordado na reunião, a reunião ordinária do mês de janeiro seria realizada no dia 05/02, uma vez que este mês é período de férias para muitas pessoas. O Comitê manteve suas reuniões ordinárias em toda última quinta-feira de cada mês, podendo ser alterada conforme a necessidade. Nesse sentido, a reunião do mês de fevereiro deverá também ser adiada em função da semana do carnaval e das comemorações do 8 de março.